

AdP – ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE BENS E SERVIÇOS PARA A VEICULAÇÃO
DA CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O USO RACIONAL DA
ÁGUA EM CONTEXTO DE SECA**

CADERNO DE ENCARGOS

JULHO 2023

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a Objeto	4
Cláusula 2. ^a Contrato	4
Cláusula 3. ^a Prazo contratual	5
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	5
SECÇÃO I.....	5
OBRIGAÇÕES DO(S) COCONTRATANTE(S)	5
Cláusula 4. ^a Obrigações do(s) Cocontratante(s)	5
Cláusula 5. ^a Dever de sigilo.....	6
Cláusula 6. ^a Tratamento de dados pessoais.....	6
Cláusula 7. ^a Conservação de dados pessoais	8
Cláusula 8. ^a Transferência de dados pessoais	9
Cláusula 9. ^a Dever de Cooperação.....	9
Cláusula 10. ^a Equipa técnica a afetar à execução do contrato do Lote 4	9
Cláusula 11. ^a Direitos de Imagem e de Utilização – Lote 4	10
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA AdP SGPS	11
Cláusula 12. ^a Preço base e preço contratual.....	11
Cláusula 13. ^a Condições de pagamento	11
Cláusula 14. ^a Faturação Eletrónica	13
SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	13
Cláusula 15. ^a Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato	13
CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTOS E EXTINÇÃO DO CONTRATO	14
Cláusula 16. ^a Cessão da posição contratual e Subcontratação do Cocontratante.....	14
Cláusula 17. ^a Sanções contratuais.....	15
Cláusula 18. ^a Força maior.....	18
Cláusula 19. ^a Resolução do Contrato por parte da AdP SGPS	19
Cláusula 20. ^a Resolução por parte do(s) Cocontratante(s).....	20
Cláusula 21. ^a Seguros	20
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	21
Cláusula 22. ^a Deveres de informação	21
Cláusula 23. ^a Comunicações.....	21
Cláusula 24. ^a Foro competente	21
Cláusula 25. ^a Direito aplicável e natureza do(s) Contrato(s)	22
Cláusula 26. ^a Contagem dos prazos.....	22
ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - LOTE I - AQUISIÇÃO DE ESPAÇOS PUBLICITÁRIOS	23

ANEXO II ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - LOTE 2 - AQUISIÇÃO DE MERCHANDISING .	28
ANEXO III ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - LOTE 3 PRODUÇÃO DE PEÇAS GRÁFICAS ..	29
ANEXO IV ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - LOTE 4 - CONCEÇÃO E EXECUÇÃO DE VÍDEOS PARA REDES SOCIAIS	30

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no(s) Contrato(s) a celebrar cujo objeto principal é a **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA VEICULAÇÃO DA CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O USO RACIONAL DA ÁGUA EM CONTEXTO DE SECA.**
2. As condições relativas ao(s) Contrato(s) a celebrar, por cada lote, constam dos anexos a seguir identificados, que constituem parte integrante do presente Caderno de Encargos:
 - a) **LOTE 1** - Aquisição de espaços publicitários (**ANEXO I**);
 - b) **LOTE 2** - Aquisição de merchandising (**ANEXO II**);
 - c) **LOTE 3** - Produção de peças gráficas (**ANEXO III**);
 - d) **LOTE 4** - Conceção e execução de vídeos para redes sociais (**ANEXO IV**).

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O Contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo(s) **Cocontratante(s)**.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o Contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pela **AdP SGPS** nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo(s) **Cocontratante(s)** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data da cessação do(s) Contrato(s) a celebrar, este(s) vigorará(ão) pelos seguintes prazos, a contar da data da respetiva assinatura:

- a) **LOTE 1:** 60 (*sessenta*) dias;
- b) **LOTE 2:** 60 (*sessenta*) dias;
- c) **LOTE 3:** 30 (*trinta*) dias;
- d) **LOTE 4:** 90 (*noventa*) dias.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO(S) COCONTRATANTE(S)

Cláusula 4.ª

Obrigações do(s) Cocontratante(s)

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do(s) **Cocontratante(s)** as seguintes:
- a) Executar integralmente os serviços contratados, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
 - b) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos;

- c) Comunicar de imediato à **AdP SGPS** a deteção de situações anómalas, no âmbito da prestação de serviços;
 - d) Designar um Responsável/Coordenador pela execução do Contrato com vista a assegurar uma interligação eficaz com a **AdP SGPS**;
2. A título acessório, o(s) **Cocontratante(s)** ficam ainda obrigado(s), designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Dever de sigilo

- 1. O(s) **Cocontratante(s)** obriga(m)-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP SGPS**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
- 2. O(s) **Cocontratante(s)** obriga(m)-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
- 3. O(s) **Cocontratante(s)** obriga(m)-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Contrato e que a **AdP SGPS** lhe indique para esse efeito.
- 4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos após a extinção das obrigações decorrentes do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 6.^a

Tratamento de dados pessoais

- 1. No caso de o(s) **Cocontratante(s)** necessitar(em) de aceder a dados pessoais no decurso da execução do Contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do Contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da **AdP SGPS**, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
- 2. O(s) **Cocontratante(s)** não pode proceder(em) à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do Contrato, ou para proveito próprio.

3. O(s) **Cocontratante(s)** deve(m) cumprir rigorosamente as instruções do **AdP SGPS** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O(s) **Cocontratante(s)** deve(m) proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O(s) **Cocontratante(s)** deve(m) tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela **AdP SGPS**, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O(s) **Cocontratante(s)** deve(m) assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o(s) **Cocontratante(s)** responsável(eis) pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da **AdP SGPS**, o(s) **Cocontratante(s)** deve(m), no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O(s) **Cocontratante(s)** deve(m) comunicar de imediato à **AdP SGPS** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O(s) **Cocontratante(s)** encontra-se adstrito(s) a notificar de imediato a **AdP SGPS** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o(s) **Cocontratante(s)** tomar(em) conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve(m) notificar, por escrito, a **AdP SGPS** disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação,

assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a **AdP SGPS** possa razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis aos **Cocontratante(s)**, este(s) compromete(m)-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o **AdP SGPS**:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O(s) **Cocontratante(s)** obriga-se a ressarcir a **AdP SGPS** por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do(s) **Cocontratante(s)** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do(s) **Cocontratante(s)** é fundamento de resolução do presente Contrato com justa causa pela **AdP SGPS**, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 7.^a

Conservação de dados pessoais

1. O(s) **Cocontratante(s)** deve(m) apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do Contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do Contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela **AdP SGPS**.
2. Dependendo da opção da **AdP SGPS**, o(s) **Cocontratante(s)** apagará(ão) ou devolverá(ão) todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 8.ª

Transferência de dados pessoais

O(s) **Cocontratante(s)** não pode(m) transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da **AdP SGPS**, exceto se for(em) obrigado(s) a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado(s) a informar, nesse caso, a **AdP SGPS** antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 9.ª

Dever de Cooperação

O(s) **Cocontratante(s)** deve(m) cooperar com a **AdP SGPS** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo(s) **Cocontratante(s)** em representação da **AdP SGPS**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Cláusula 10.ª

Equipa técnica a afetar à execução do contrato do Lote 4

1. A equipa técnica a disponibilizar pelo(s) **Cocontratante(s)** para a prestação dos serviços objeto do **LOTE 4 – CONCEÇÃO E EXECUÇÃO DE VÍDEOS PARA AS REDES SOCIAIS** do presente procedimento deve ser composta, no mínimo, pelos seguintes perfis:
 - a) Realizador;
 - b) Produtor;
 - c) Guionista;
 - d) Diretor de Fotografia
 - e) Editor de audiovisual
2. A pessoa indicada para o perfil de Realizador não pode cumular essas funções com as do perfil de Produtor ou Guionista, podendo, contudo, cumular funções de outros perfis.

3. A pessoa indicada para o perfil de Produtor não pode cumular essas funções com as do perfil de Realizador ou Guionista, podendo, contudo, cumular funções de outros perfis.
4. A pessoa indicada para o perfil de Guionista não pode cumular essas funções com as do perfil de Realizador ou Produtor, podendo, contudo, cumular funções de outros perfis.
5. Para a execução dos serviços, o(s) **Cocontratante(s)** deve(m) indicar elementos que tenham formação e experiência adequadas à boa execução das tarefas a realizar.
6. O(s) **Cocontratante(s)** deve(m) afetar à execução do Contrato o Realizador e o Produtor indicados na sua proposta.
7. Nas situações devidamente justificadas e aceites pela **AdP SGPS**, em que o(s) **Cocontratante(s)** tenha(m) de substituir o(s) elemento(s) identificado(s) na sua proposta, o(s) elementos(s) a designar deve(m) deter as qualificações e experiência equivalentes àquelas que foram propostas e avaliadas relativamente a cada elemento a substituir, devendo o pedido ser instruído desde logo com essa informação.
8. As substituições indicadas no ponto anterior só podem ter efeito após aceitação expressa por parte da **AdP SGPS**, a quem compete a análise dos pedidos num prazo de 3 (três) dias úteis após a respetiva instrução.
9. Se, o pedido for rejeitado, compete ao(s) **Cocontratante(s)** instruir novo pedido, não se suspendendo o prazo de execução do contrato.
10. Correm por conta do(s) **Cocontratante(s)** as despesas com remunerações, alojamento, alimentação e deslocação do(s) elemento(s) afeto(s) à prestação dos serviços bem como todas as despesas de aquisição, licenciamento, transporte, armazenamento e manutenção dos meios e materiais informáticos, eletrónicos ou outros que se verifiquem ser necessários.

Cláusula 11.ª

Direitos de Imagem e de Utilização – Lote 4

1. É da responsabilidade do(s) **Cocontratante(s)** a obtenção de todas as autorizações associadas aos locais de filmagem, aluguer de espaço, entre outros.
2. Com a aceitação dos entregáveis por parte da **AdP SGPS** consideram-se incluídos os direitos de imagem dos protagonistas e figurantes que o(s) **Cocontratante(s)** associe(m) à sua prestação durante um período de 3 (três) anos.
3. É da responsabilidade do(s) **Cocontratante(s)** a salvaguarda dos direitos de imagem dos protagonistas e figurantes para cumprir o requisito do ponto anterior.

4. Com a aceitação dos entregáveis por parte da **AdP SGPS** consideram-se incluídos os direitos de utilização da Locução por um período de 3 (três) anos.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA AdP SGPS

Cláusula 12.^a

Preço base e preço contratual

1. O preço base é de **€578.295,00** (*quinhentos e setenta e oito mil duzentos e noventa e cinco euros*), não incluindo o IVA legalmente devido, não podendo o preço proposto para cada lote exceder as seguintes quantias:
- a) **Preço máximo para o Lote 1 – €350.000,00** (*trezentos e cinquenta mil euros*);
 - b) **Preço máximo para o Lote 2 – €136.950,00** (*cento e trinta e seis mil novecentos e cinquenta euros*);
 - c) **Preço máximo para o Lote 3 - €31.345,00** (*trinta e um mil trezentos e quarenta e cinco euros*);
 - d) **Preço máximo para o Lote 4 – €60.000,00** (*sessenta mil euros*).
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **AdP SGPS**, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço referido no número anterior inclui a remuneração pela propriedade intelectual e pelos direitos de autor que possam recair sobre os trabalhos realizados, os quais passam a constituir propriedade da **AdP SGPS**.

Cláusula 13.^a

Condições de pagamento

1. O pagamento do preço contratual definido na proposta do(s) **Cocontratante(s)** é efetuado numa única prestação, com a conclusão dos serviços ou a aceitação dos bens, consoante o lote, tendo em conta os serviços efetivamente prestados e os bens efetivamente entregues e aceites, nos termos dos números seguintes.

2. O preço contratual relativo ao Lote 1 é pago na totalidade após a aceitação por parte do gestor de contrato dos serviços prestados e validação da respetiva despesa pela ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, conforme n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
3. Para os efeitos do número anterior, a faturação relativa ao Lote 1 deve ser instruída com todos os elementos comprovativos dos pagamentos realizados aos órgãos de comunicação, discriminados por meios, quer sejam de âmbito regional/local ou nacional ou outros, que possibilitem uma efetiva e inequívoca aferição pela ERC do cumprimento dos requisitos legais (comunicação, transparência e distribuição) previstos na Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual, sob pena de aquela entidade não validar a despesa e a AdP SGPS não poder proceder ao correspondente pagamento.
4. O preço contratual relativo ao Lote 2 é pago após a aceitação por parte do gestor de contrato dos bens entregues pelo **Cocontratante**.
5. O preço contratual relativo ao Lote 3 é pago após a aceitação por parte do gestor de contrato dos bens entregues pelo **Cocontratante**.
6. O preço contratual relativo ao Lote 4 é pago após a aceitação por parte do gestor de contrato dos serviços prestados.
7. As quantias devidas pela **AdP SGPS** devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, nos termos dos números anteriores da presente cláusula.
8. Em caso de discordância por parte da **AdP SGPS** quanto aos valores indicados na fatura, esta deve comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando o(s) Cocontratante(s) obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. A falta de pagamento dos valores contestados pela **AdP SGPS** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, a **AdP SGPS** proceder ao pagamento da importância não contestada.
10. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura é paga através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.

Cláusula 14.^a

Faturação Eletrónica

1. As faturas emitidas pelo(s) **Cocontratante(s)** devem incluir o número de nota de Encomenda fornecido pela **AdP SGPS** e conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve ser acompanhada da informação relativa aos serviços prestados durante o período de faturação.
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo(s) Cocontratante(s) devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
4. Caso o(s) Cocontratante(s) não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab> .
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5 .
5. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à **AdP SGPS**, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do Contrato designado pela **AdP SGPS**, a identificar no Contrato.

2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do Contrato pelo(s) **Cocontratante(s)**.
3. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do(s) Contrato(s) não exime o(s) **Cocontratante(s)** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTOS E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 16.^a

Cessão da posição contratual e Subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o(s) Cocontratante(s) pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do Contrato, mediante autorização da **AdP SGPS**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o(s) **Cocontratante(s)** deve(m) apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP SGPS** deve pronunciar-se sobre a proposta do(s) **Cocontratante(s)** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo(s) **Cocontratante(s)**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, a **AdP SGPS** pode determinar que o(s) **Cocontratante(s)** ceda(m) a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o Contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo(s) **Cocontratante(s)** depende de autorização da **AdP SGPS**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a **AdP SGPS** pode exigir do(s) **Cocontratante(s)** o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. A **AdP SGPS** pode, designadamente, exigir o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:

a) Para o Lote I:

- i Caso não seja respeitado o período mínimo de difusão da campanha em cada estação televisiva de 10 (dez) dias, conforme previsto no ponto 3 do capítulo I do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 15.000€ (quinze mil euros) por cada dia em falta.
- ii Caso não sejam respeitados os horários de difusão dos spots, previstos nos pontos 6 e 7 do capítulo I do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 5.000€ (cinco mil euros) por cada difusão fora daquele período.
- iii Caso não sejam respeitados os números de inserções agregado e/ou por canal, previstos na proposta adjudicada, tendo como referência os pontos 8 e 9 do capítulo I do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 10.000€ (dez mil euros) por cada inserção em falta.
- iv Caso não sejam respeitados os números de inserções por jornal, previstos na proposta adjudicada, tendo como referência o ponto 4 do capítulo II do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 1.000€ (mil euros) por cada inserção em falta.
- v Caso não seja respeitado o período mínimo de difusão da campanha em cada estação de rádio de 10 (dez) dias, conforme previsto no ponto 3 do capítulo III do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 5.000€ (cinco mil euros) por cada dia em falta, por estação de rádio.
- vi Caso não sejam respeitados os horários de difusão dos spots, previstos nos pontos 6 e 7 do capítulo III do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 1.000€ (mil euros) por cada difusão fora daquele período.
- vii Caso não sejam respeitados os números de inserções agregado e/ou por canal, previstos na proposta adjudicada tendo como referência os pontos 8 e 9 do capítulo III do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 1.000€ (mil euros) por cada inserção em falta.

- viii Caso não seja respeitado o período da campanha em cada meio digital de âmbito nacional de 28 (*vinte e oito*) dias, conforme previsto no ponto 4 do capítulo IV do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 1.000€ (*mil euros*) por cada dia em falta e por cada meio digital.
- ix Caso não seja respeitado o número mínimo de inserções, conforme previsto na proposta adjudicada e tendo como referência o ponto 6 do capítulo IV do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 500€ (*quinhentos euros*) por cada inserção em falta.
- x Caso não seja respeitado o número mínimo de inserções, conforme previsto na proposta adjudicada e tendo como referência o ponto 3 do capítulo V do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 500€ (*quinhentos euros*) por cada inserção em falta.
- xi Caso não seja respeitado o período mínimo de difusão da campanha em cada estação de rádio de 28 (*vinte e oito*) dias, conforme previsto no ponto 4 do capítulo VI do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 500€ (*quinhentos euros*) por cada dia em falta, por estação de rádio.
- xii Caso não sejam respeitados os horários de difusão dos spots, previstos no ponto 6 do capítulo VI do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 500€ (*quinhentos euros*) por cada difusão fora daquele período.
- xiii Caso não sejam respeitados os números de inserções agregado e/ou por rádio, previstos na proposta adjudicada, assim como a distribuição regional, tendo como referência os pontos 7 e 8 do capítulo VI do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 250€ (*duzentos e cinquenta euros*) por cada inserção em falta.
- xiv Caso não seja respeitado o período mínimo de difusão da campanha em cada estação de rádio de 28 (*vinte e oito*) dias, conforme previsto no ponto 3 do capítulo VII do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 500€ (*quinhentos euros*) por cada dia em falta, por órgão de comunicação social digital regional em falta.
- xv Caso não sejam respeitados os números de inserções agregado e/ou por órgão, previstos na proposta adjudicada, assim como a distribuição regional, tendo como referência os pontos 6 e 7 do capítulo VII do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 250€ (*duzentos e cinquenta euros*) por cada inserção em falta.
- xvi Caso não seja respeitado o período mínimo de difusão da campanha em cada estação de multibanco de 14 (*catorze*) dias, conforme previsto no ponto 3 do capítulo VIII do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 100€ (*cem euros*) por cada dia em falta, por estação de multibanco.

xvii Caso não sejam respeitados os números de inserções previstos na proposta adjudicada, assim como a distribuição regional, tendo como referência os pontos 4 e 5 do capítulo VIII do **ANEXO I** do Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção até 100€ (*cem euros*) por cada inserção em falta.

b) Para o Lote 2:

- i Será aplicada uma sanção até 2.500€ (*dois mil e quinhentos*) euros, por cada dia útil em atraso, por cada entrega e local de entrega, que exceda o prazo máximo fixado no **ANEXO II**.
- ii Para efeito da sanção indicada na alínea anterior, apenas se considera a entrega satisfeita se aceite pelo Gestor de Contrato e desde que se encontre completa, com todas as quantidades entregues.

c) Para o Lote 3:

- i Será aplicada uma sanção até 1000€ (*mil*) euros, por cada dia útil em atraso, por cada entrega e local de entrega, que exceda o prazo máximo fixado no **ANEXO III**.
- ii Para efeito da sanção indicada na alínea anterior, apenas se considera a entrega satisfeita se aceite pelo Gestor de Contrato e desde que se encontre completa, com todas as quantidades entregues.

d) Para o Lote 4:

- i Caso não sejam respeitados os números de guiões e storyboards e prazos previstos na proposta adjudicada, tendo como referência o ponto A) do capítulo II e nº 2 do capítulo III do **ANEXO IV**, será aplicada uma sanção até 250€ (*duzentos e cinquenta euros*) por cada guião e storyboard por cada dia em falta;
- ii Caso não sejam respeitados os números de publicações e stories e prazos previstos na proposta adjudicada, tendo como referência o ponto D) do capítulo II e nº 3 do capítulo III do **ANEXO IV**, será aplicada uma sanção até 100€ (*cem euros*) por cada publicação e story em falta e por cada dia útil em atraso;
- iii Caso não cumpra o prazo previsto para a entrega do relatório final de performance dos vídeos no perfil oficial dos protagonistas no Instagram previsto na proposta adjudicada, tendo como referência o ponto E) do capítulo II e nº 5 do capítulo III do **ANEXO IV**, será aplicada uma sanção até 100€ (*cem euros*) por cada dia útil em atraso;
- iv Caso venha a ser substituída a composição da equipa sem a autorização prévia do Gestor de Contrato conforme previsto na Cláusula 10.^a do presente Caderno de Encargos,

poderá ser aplicada uma sanção no valor de 1.000 € (*mil euros*) por cada dia útil que a equipa tenha sido alterada sem autorização prévia e por cada elemento da equipa que esteja em falta.

3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual por Lote.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% por Lote e a **AdP SGPS** decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A **AdP SGPS** pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao(s) **Cocontratante(s)**.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP SGPS** exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao(s) **Cocontratante(s)**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do(s) Contrato(s), só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do(s) Contrato(s);
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do(s) Contrato(s); e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do(s) **Cocontratante(s)**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do(s) **Cocontratante(s)** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo(s) **Cocontratante(s)** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo(s) **Cocontratante(s)** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do(s) **Cocontratante(s)** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do(s) **Cocontratante(s)** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo(s) **Cocontratante(s)** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP SGPS** a resolver o Contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos Contratos públicos, não tendo o(s) **Cocontratante(s)** direito a qualquer indemnização.

Cláusula 19.^a

Resolução do Contrato por parte da AdP SGPS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **AdP SGPS** pode resolver o(s) Contrato(s), a título sancionatório, no caso de o(s) **Cocontratante(s)** violar(em) de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem designadamente nos casos:
- a) Pelo atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 5 (*cinco*) dias ou declaração escrita do(s) **Cocontratante(s)** de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
 - b) Após a aplicação das sanções contratuais relativamente aos incumprimentos elencados na cláusula 17.^a do presente Caderno de Encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao(s) **Cocontratante(s)** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos

termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo **AdP SGPS**.

3. Em caso de resolução do(s) Contrato(s) por incumprimento do(s) **Cocontratante(s)** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo(s) **Cocontratante(s)** ao abrigo da cláusula 17.^a relativamente aos serviços objeto do(s) Contrato(s) cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a **AdP SGPS** exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do(s) Cocontratante(s)

1. O(s) **Cocontratante(s)** podem resolver o(s) Contrato(s) com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do Contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo(s) **Cocontratante(s)**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato.

Cláusula 21.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do(s) **Cocontratante(s)** a cobertura, através de Contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do Contrato a celebrar.
2. A **AdP SGPS** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro aplicáveis, devendo o(s) **Cocontratante(s)** prestá-la no prazo de 2 (*dois*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do(s) Contrato(s), de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do(s) Contrato(s).

Cláusula 23.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP SGPS** e o(s) **Cocontratante(s)** relativas ao Contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no Contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 469.º do Código dos Contratos Públicos, as comunicações feitas por correio eletrónico são consideradas recebidas na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 25.^a**Direito aplicável e natureza do(s) Contrato(s)**

O(s) Contrato(s) rege(m)-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.^a**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - LOTE I - AQUISIÇÃO DE ESPAÇOS
PUBLICITÁRIOS

I - Televisão generalista nacional de canal aberto

1. Pretende-se utilizar as seguintes estações televisivas generalistas de canal aberto:
 - a) RTP1;
 - b) SIC;
 - c) TVI.
2. A divulgação da Campanha através de televisão generalista nacional de canal aberto deve acompanhar as ações de divulgação da Campanha nos outros meios.
3. O período mínimo de difusão da campanha em cada estação televisiva será de 10 (*dez*) dias seguidos.
4. Ao longo de todo o período de difusão, a periodicidade das inserções deve ser diária para cada estação de televisão, tendo em conta que cada *spot* tem a duração de 20 (*vinete*) segundos.
5. O formato final mantém-se inalterável para todas as estações de televisão onde o *spot* será difundido, bem como o número mínimo de inserções do *spot*, que deverá permanecer invariável.
6. Relativamente aos horários para difusão dos spots, apenas serão consideradas válidas e obrigatórias as inserções que ocorram no período compreendido entre as 11:00:00 e as 21:59:59.
7. Deverá ser concretizada pelo menos 1 (*uma*) inserção entre as 20:00:00 horas e as 21:59:59 horas em cada estação televisiva.
8. Obrigatoriamente, o número de presenças (inserções) no âmbito do somatório de todas as televisões não poderá ser inferior a 90 (*noventa*) inserções.
9. Cada estação televisiva não poderá ter um número total de inserções do spot inferior a 30 (*trinta*), 3 (*três*) por cada dia de semana, de segunda-feira a domingo.

II - Imprensa nacional

1. Pretende-se adquirir espaço de imprensa nacional para publicar anúncios publicitários respeitantes a uma Campanha.
2. A primeira semana de divulgação da Campanha, através da Imprensa nacional, deve acompanhar as ações de divulgação da Campanha nos outros meios.

3. As inserções incidirão sobre os jornais diários generalistas – Correio da Manhã, Jornal de Notícias e Público -, o semanário Expresso e a revista Sábado.
4. A difusão dos anúncios publicitários deverá configurar, obrigatoriamente, 10 (dez) inserções mínimas, sendo que cada jornal deverá efetuar pelo menos 2 (duas) inserções em duas semanas seguidas.
5. O formato a utilizar é a Página inteira ímpar a Cores em localização antes das Páginas Centrais [AC].

III - Rádios nacionais

1. Pretende-se utilizar as seguintes estações de rádios:
 - a) Antena 1;
 - b) RFM;
 - c) Renascença;
 - d) Rádio Comercial.
2. A divulgação da Campanha através da rádio nacional deve ter início simultâneo com as ações de divulgação da Campanha nos outros meios.
3. O período mínimo de difusão da campanha em cada estação de rádio será de 10 (dez) dias seguidos.
4. Ao longo de todo o período de difusão, a periodicidade das inserções deve ser diária para cada estação de rádio, tendo em conta que cada *spot* tem a duração de 20 (vinte) segundos.
5. O formato final mantém-se inalterável para todas as estações de rádio onde o *spot* será difundido, bem como o número mínimo de inserções do *spot*, deverá permanecer invariável.
6. Relativamente aos horários para difusão dos *spots*, apenas serão consideradas válidas e obrigatórias as inserções que ocorram no período compreendido entre as 07:00:00 e as 19:59:59.
7. A proposta deve incluir um mínimo de 3 (três) presenças (inserções) diárias entre as 07:00:00 horas e as 09:59:59 horas por estação de rádio.
8. Obrigatoriamente, o número de presenças (inserções) no âmbito do somatório de todas as rádios não poderá ser inferior a 280 (duzentas e oitenta) inserções.
9. Cada estação de rádio não poderá ter um número total de inserções do *spot* inferior a 70 (setenta), 7 (sete) por cada dia de semana, de segunda-feira a domingo.

IV - Meios digitais nacionais

1. Pretende-se adquirir espaço para difundir um *banner* digital animado da Campanha, nos meios digitais de âmbito nacional, em versão *desktop* e *mobile*.
2. A divulgação da Campanha através dos meios digitais de âmbito nacional deve ter início simultâneo com as ações de divulgação da Campanha nos outros meios.
3. A divulgação da Campanha será efetuada nos seguintes meios digitais: Canal SAPO, Correio da Manhã *On-line*, ECO, Observador e Público *On-line*.
4. O período de difusão da campanha promovida em cada meio digital de âmbito nacional será de 28 dias seguidos.
5. O formato final mantém-se inalterável para todos os canais onde o *banner* digital animado será difundido, bem como o número mínimo de inserções do *banner* digital animado deverá permanecer constante.
6. O número total de inserções do *banner* digital animado, será obrigatoriamente igual ou superior a 140 (*cento e quarenta*) inserções.
7. O formato do *banner* digital será *half-page*/ MREC.

V - Imprensa Regional

1. Pretende-se adquirir espaço na imprensa regional e local de Portugal Continental para publicar anúncios publicitários respeitantes à Campanha.
 2. A divulgação da Campanha através da imprensa regional deve ter início simultâneo com as ações de divulgação da Campanha nos meios nacionais.
3. A seleção da imprensa regional deve respeitar o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
4. O número total de inserções do(s) anúncio(s) publicitário(s) será obrigatoriamente igual ou superior a 32 (*trinta e dois*), respeitando o fixado nos n.ºs 5 e 6 *infra*.
5. Cada órgão de imprensa regional deverá efetuar apenas 4 (*quatro*) inserções no total, distribuídas por 4 (*quatro*) semanas distintas.

6. Devem ser utilizados, pelo menos, 8 (*oito*) órgãos de imprensa regional com sede nos seguintes distritos de Portugal Continental: Beja, Braga, Bragança, Évora, Faro, Portalegre, Vila Real e Viseu, num mínimo de 1 (*um*) órgão de imprensa regional por distrito.
7. O formato a utilizar é a Página Ímpar a Cores e em localização antes das Páginas Centrais [AC].

VI - Rádios regionais

1. Pretende-se utilizar as rádios regionais e locais para difundir um *spot* publicitário promocional da Campanha com duração de 20 (*vinete*) segundos.
2. A divulgação da Campanha através da rádio regional deve ter início simultâneo com as ações de divulgação da Campanha nos meios nacionais.
3. A seleção das estações de rádio regionais deve respeitar o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
4. O período de difusão da campanha em cada estação de rádio será de 28 (*vinete e oito*) dias seguidos.
5. Ao longo de todo o período de difusão, a periodicidade das inserções deve ser diária para cada estação de rádio, tendo em conta que cada *spot* tem a duração de 20 (*vinete*) segundos.
6. O formato final mantém-se inalterável para todas as estações de rádio onde o *spot* será difundido, bem como o número mínimo de inserções do *spot*, deverá permanecer invariável.
7. Relativamente aos horários para difusão dos *spots*, apenas serão consideradas válidas e obrigatórias as inserções que ocorram no período compreendido entre as 07:00:00 e as 19:59:59.
8. O número total de inserções do(s) *spot(s)* será obrigatoriamente igual ou superior a 2240 (dois mil, duzentos e quarenta), 280 (*duzentos e oitenta*) por rádio, considerando ainda, que as rádios selecionadas devem emitir pelo menos 10 (*dez*) inserções por dia da semana de segunda-feira a domingo, respeitando o fixado no n.º 8 *infra*.
9. Devem ser utilizadas, pelo menos, 8 (*oito*) rádios com sede nos seguintes distritos de Portugal Continental: Beja, Braga, Bragança, Évora, Faro, Portalegre, Vila Real e Viseu, num mínimo de 1 (*uma*) rádio por distrito.

VII – Órgãos de comunicação social digitais regionais

1. Pretende-se adquirir espaço para difundir um *banner* digital animado da Campanha, nos órgãos de comunicação social digitais regionais, em versão *desktop* e *mobile*.







2. A divulgação da Campanha através dos órgãos de comunicação social digitais regionais deve ter início simultâneo com as ações de divulgação da Campanha nos meios nacionais.
3. O período de difusão da campanha promovida em cada órgão de comunicação social digital regional será de 28 (*vinte e oito*) dias seguidos.
4. O formato final mantém-se inalterável para todos os canais onde o *banner* digital animado será difundido, bem como o número mínimo de inserções do *banner* digital animado deverá permanecer constante.
5. O formato do *banner* digital será *half-page*/ MREC.
6. O número total de inserções do *banner* digital animado será obrigatoriamente igual ou superior a 224 (*duzentos e vinte e quatro*), 28 (*vinte e oito*) por órgão de comunicação social digital regional.
7. Devem ser utilizados, pelo menos, 8 (*oito*) órgãos de comunicação social digitais regionais com sede nos seguintes distritos de Portugal Continental: Beja, Braga, Bragança, Évora, Faro, Portalegre, Vila Real e Viseu, num mínimo de 1 (*um*) órgão de comunicação social regional por distrito.

VIII – Multibanco

1. Pretende-se adquirir espaço para difundir a Campanha na rede nacional de multibanco.
2. A divulgação da Campanha através do multibanco deve ter início simultâneo com as ações de divulgação da Campanha nos órgãos de comunicação social nacionais e regionais.
3. O período de difusão da campanha promovida na rede nacional de multibanco será de 14 dias (*catorze*) dias seguidos.
4. Devem ser utilizados obrigatoriamente, pelo menos, 870 (*oitocentos e setenta*) ATM que permitam cobrir todos os distritos de Portugal Continental, com um mínimo de 10 (*dez*) ATM por distrito.
5. Não serão consideradas válidas as inserções que ocorram em ATM nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - LOTE 2 - AQUISIÇÃO DE MERCHANDISING

Artigo	Descrição	Imagem referência	Quantidade e (unidades)	Prazo máximo de entrega	Locais de entrega	Quantidades de cada artigo por locais de entrega
Redutor de caudal	Redutor de caudal para torneira com caixa de cartão. O material externo do redutor em cobre, inserção e gaxeta ABS em silicone. Embalado em caixa de cartão individual em microcanelado liso kraft, impressa a 1/0 cores. Corte especial, colagem de badana lateral. Dimensões: 7,5x6x2cm (caixa fechada).		16500	D	E1 + E2 + E3 + E4	E1 - 6000 unidades E2 - 2000 unidades E3 - 8000 unidades E4 - 500 unidades
Cantil	Garrafa com 400 ml de capacidade, em alumínio branco, com rosca de segurança e mosquetão metálico de transporte. Personalização com impressão a uma cor a toda a volta em serigrafia. Dimensões: 17,5 cm (altura) 6,6 cm (diâmetro)		16500	C		E1 - 6000 unidades E2 - 2000 unidades E3 - 8000 unidades E4 - 500 unidades
Tapa sol para carro	Pala para proteção do sol para aplicar no carro em cartão com gramagem mínima de 500 gr/m2. Personalização com impressão offset, quadricromia total numa face (4/0 cores) e laminação. Dobrável em harmónica. Dimensões mínimas: 130x60 cm.		8250	C		E1 - 3000 unidades E2 - 1000 unidades E3 - 4000 unidades E4 - 250 unidades
Ampulheta para duche	Ampulheta de 4 minutos para duche em plástico, com ventosa e areia em azul. Personalização com impressão a 1 cor em tampografia num dos topos da ampulheta. Dimensões: 6 cm (altura) 2,5 cm (diâmetro).		16500	B		E1 - 6000 unidades E2 - 2000 unidades E3 - 8000 unidades E4 - 500 unidades
Copo para lavar os dentes	Copo em material sustentável (ex. fibra de bambu, plástico reciclado), com capacidade para 200 ml. Personalização com impressão a 1 cor a toda a volta em serigrafia.		16500	B		E1 - 6000 unidades E2 - 2000 unidades E3 - 8000 unidades E4 - 500 unidades
Saco de pano	Saco em pano cru, 100% algodão, gramagem mínima de 130 gr., com alças. Personalização com impressão a 4 cores numa posição (transfer digital), com dimensão até A4. Dimensões mínimas do saco: 37 x 41 cm		16500	A		E1 - 6000 unidades E2 - 2000 unidades E3 - 8000 unidades E4 - 500 unidades

Código Prazo de Entrega	Prazo de Entrega
A	10 dias úteis
B	15 dias úteis
C	20 dias úteis
D	40 dias úteis

Código Locais de Entrega	Locais de Entrega
E1	Águas do Norte, Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A, 5000-669 Vila Real
E2	Águas Públicas do Alentejo, Largo de Santa Maria 27, 7800-133 Beja
E3	Águas do Algarve, Edifício Sede, Rua do Repouso, n.º 10, 8000-302 Faro
E4	AdP - Águas de Portugal, Rua Visconde Seabra, 3, 1700-421 Lisboa

ANEXO III

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - LOTE 3 PRODUÇÃO DE PEÇAS GRÁFICAS

Artigo	Descrição	Quantidade (unidades)	Prazo máximo de entrega	Locais de entrega	Quantidades de cada artigo por locais de entrega
Cartaz	Cartaz, no formato 42x59,4cm, impresso a 4/0 cores. Com verniz água neutro geral em papel couché semi-mate de 150grs com certificação PEFC. Entregues em conjuntos de 100 unidades e embalados em caixas.	3700	A	E1 + E2 + E3 + E4	E1 - 1200 unidades E2 - 400 unidades E3 - 1600 unidades E4 - 500 unidades
Flyer	Folheto, no formato aberto 29,7x21cm, impresso a 4/4 cores. Com verniz água neutro geral em papel couché semi-mate de 150grs com certificação PEFC. Vincado e dobrado em três laudas para o formato 10x21cm. Entregues separados em conjuntos de 500 unidades e embalado em caixas.	18000	A		E1 - 6000 unidades E2 - 2000 unidades E3 - 8000 unidades E4 - 2000 unidades
Autocolante	Autocolante, no formato 10x20cm, impresso a 4/0 cores em vinil monomérico adesivo (cola à base de água) com laminação mate para aplicação sobre superfícies planas. Corte ao formato. Entregues separados em conjuntos de 100 unidades e embalados em caixas.	18000	B		E1 - 6000 unidades E2 - 2000 unidades E3 - 8000 unidades E4 - 2000 unidades

Código Prazo de Entrega	Prazo de Entrega
A	10 dias úteis
B	15 dias úteis

Código Locais de Entrega	Locais de Entrega
E1	Águas do Norte, Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A, 5000-669 Vila Real
E2	Águas Públicas do Alentejo, Largo de Santa Maria 27, 7800-133 Beja
E3	Águas do Algarve, Edifício Sede. Rua do Repouso, n.º 10, 8000-302 Faro
E4	AdP - Águas de Portugal, Rua Visconde Seabra, 3, 1700-421 Lisboa

ANEXO IV

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - LOTE 4 - CONCEÇÃO E EXECUÇÃO DE VÍDEOS PARA REDES SOCIAIS

I. OBJETIVO:

Conceção e produção de 5 (*cinco*) vídeos no âmbito da campanha “Água é Vida, Não a Desperdice” para veiculação nos canais digitais online e nas redes sociais do Grupo Águas de Portugal (Instagram, Facebook, LinkedIn e YouTube) e dos parceiros da **AdP SGPS** na referida campanha, para reforçar o envolvimento do público com a campanha, promovendo a adoção de comportamentos mais eficientes na utilização da água.

II. SERVIÇOS A PRESTAR:

A) Pré-produção, incluindo:

- Criação de 5 (*cinco*) guiões com base no briefing a fornecer pela **AdP SGPS**;
- Conceção de 5 (*cinco*) *storyboards*;
- Seleção de locais de filmagem, incluindo obtenção de todas as autorizações associadas, aluguer de espaço, entre outros;
- Contratação de 2 (*dois*) protagonistas (e dos seus direitos de imagem para este projeto; durante três anos) e dos figurantes necessários.

B) Produção, incluindo:

- Captação de imagens e de som;
- Realização e Direção de atores;
- Direção de fotografia;
- Iluminação;
- Estúdio;
- Maquilhagem, cabelos, guarda-roupa e adereços.

C) Pós-produção:

- Montagem;
- Elaboração de animações e grafismos e inclusão de *packshot* final com logótipos dos promotores da campanha “Água é Vida”;
- Correção de cor;

- Sonoplastia;
- Locução [incluindo direitos de utilização durante 3 (três) anos];
- Legendagem em português;
- Edição final.

D) Difusão dos vídeos nas redes sociais:

- 5 (cinco) publicações colaborativas com os vídeos (uma por vídeo) no Instagram, no perfil oficial do protagonista do respetivo vídeo, com 2 (duas) *hashtags* e 1 (uma) *tag* de marca;
- 5 (cinco) *stories* com os vídeos (uma por vídeo) no Instagram, no perfil oficial do protagonista do respetivo vídeo, com 2 (duas) *hashtags*, 1 (uma) *tag* de marca e *link* para o Portal da Água.
- Nos casos de vídeos com ambos os protagonistas, deve ser efetuada uma publicação colaborativa dos referidos protagonistas nos respetivos perfis oficiais no Instagram, com 2 (duas) *hashtags* e 1 (uma) *tag* de marca.

E) Relatório final

Entrega de relatório final de performance dos vídeos no perfil oficial dos protagonistas no Instagram com os seguintes indicadores de performance das publicações e das *stories*:

- número de contas alcançadas (*reach*);
- número de visualizações (número de *plays* e tempo médio de visualização)
- número de gostos;
- comentários (número e tom – positivo ou negativo);
- taxa de engajamento;
- cliques na ligação para o Portal da Água (a partir das *stories*).

III. MODO DE EXECUÇÃO:

1. No prazo de 2 (dois) dias a contar da data de celebração do contrato, será realizada uma reunião de arranque, não presencial, destinada à apresentação da equipa de trabalho da **AdP SGPS** e da equipa do **Cocontratante**, a assegurar através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da reunião de arranque, o(s) Cocontratante(s) deve executar a fase de pré-produção dos vídeos e apresentar a proposta preliminar de guiões dos 5 (cinco) vídeos, respetivos *storyboards* e seleção de locais de filmagem para

aprovação da **AdP SGPS**, dispondo de 5 (*cinco*) dias, após a referida validação, para apresentar as versões finais dos mesmos.

3. No prazo de 25 (*vinete e cinco*) dias a contar da data da validação das versões finais dos guiões dos 5 (*cinco*) vídeos, dos respetivos *storyboards* e da seleção dos locais de filmagens, o(s) Cocontratante(s) dever executar as fases de produção e pós-produção do vídeo e entregar as versões finais dos 5 (*cinco*) vídeos.
4. No prazo de 2 (*dois*) dias após a validação das versões finais dos 5 (*cinco*) vídeos, o(s) Cocontratante(s) deve iniciar a sua difusão nas redes sociais, no perfil oficial dos protagonistas no Instagram.
5. A difusão deve ter uma periodicidade mínima de 1 (*um*) vídeo por semana, com um prazo máximo de execução das 5 (*cinco*) publicações colaborativas dos 5 (*cinco*) vídeos (uma por vídeo) no Instagram de 5 (*cinco*) semanas.
6. No prazo de 10 (*dez*) dias após a difusão do último vídeo nas redes sociais, o(s) Cocontratante(s) deve entregar o relatório final.

IV. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VÍDEOS:

- Duração de cada vídeo: entre 50'' e 60'' (*cinquenta e sessenta segundos*);
- Os Protagonistas devem ser atrizes/atores ou personalidades públicas reconhecidas/os pelo grande público em Portugal e com conta oficial ativa no Instagram com o mínimo de 90 (*noventa*) mil seguidores e com histórico de publicações sobre temáticas ambientais e de sustentabilidade nesta rede social;
- Os protagonistas devem ser um homem e uma mulher;
- Os protagonistas podem coprotagonizar os 5 (*cinco*) vídeos ou não.
- O vídeo deve ser legendado em português;
- O vídeo deve ter qualidade HD;
- Exportação para três formatos: horizontal (16:9), vertical (9:16) e quadrado (1:1);
- O vídeo deve ser entregue em ficheiro MP4.